

**CRÍTICA A UM FUTURO DETERMINADO: PREVISÕES DA  
REVISTA THE ECONOMIST PARA A RELAÇÃO TRABALHO E  
EDUCAÇÃO**

**WORK AND EDUCATION IN A DETERMINED FUTURE: A  
CRITIQUE OF THE ECONOMIST MAGAZINE'S FORECASTS**

**TRABAJO Y EDUCACIÓN EN UN FUTURO DETERMINADO: UNA  
CRÍTICA A LAS PREVISIONES DE LA REVISTA THE ECONOMIST**

---

Maria Beatriz Lugão Rios

Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Orientadora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: [beatrizlugao@bol.com.br](mailto:beatrizlugao@bol.com.br)

---

Marcia Soares de Alvarenga

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: [msalvarenga@uol.com.br](mailto:msalvarenga@uol.com.br)

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.vi60.65807>

*Recebido em 11/11/2022*

*Aceito em 07/12/2022*

### Resumo

O presente artigo, escrito em caráter de ensaio, tem por objetivo analisar as projeções do relatório “O mundo em 2021”, publicado pela revista inglesa *The Economist*, no qual são apontadas perspectivas para um futuro próximo, buscando desvelar seus conflitos, que não foram expressas pela visão hegemônica representada por esta publicação. A partir desta fonte documental, o artigo apresenta um breve resumo da história, ideologia e estrutura da revista. Em seguida, realiza o recorte de dois temas, dentre os vinte abordados pelo relatório, que constituem particular interesse para os estudos do campo trabalho e educação: a redução da força de trabalho, o fortalecimento do ensino híbrido em contexto pós-pandêmico. Para análise dos temas, o artigo é apoiado no diálogo com autores do campo do materialismo histórico-dialético, destacando as formulações de Antonio Gramsci, István Mészáros, Georg Lukács, Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto, a partir dos quais são apresentados contrapontos críticos aos pressupostos deterministas do que é apontado pelo referido relatório como o novo processo econômico/social. Nas considerações finais discute-se as repercussões para o sistema escolar: a universalização da ocupação laboral produtiva remunerada e a universalização da educação escolarizada em uma pauta geral de transformações das relações de trabalho acentuadas pela atual crise sanitária.

**Palavras-chave:** Trabalho e Educação; Formação Humana; *The Economist*; Crise sanitária.

---

### Abstract

This article, as an essay, aims to analyze the reasons set out in the projections of the report "The world in 2021", published by the English magazine *The Economist*, in which its analysts point out prospects for the near future, seeking unveil its conflicts, which were not expressed by the hegemonic vision represented by this publication. Based on this documentary source, the article begins with a brief summary of the journal's history, ideology and structure. Then, it outlines two themes, among the twenty covered in the report, which are of particular interest for studies in the field of work and education: the reduction of the workforce, the strengthening of hybrid education in a post-pandemic context. To analyze the themes, the article is supported by a dialogue with authors from the field of historical-dialectical materialism, highlighting the formulations of Antonio Gramsci, István Mészáros, Georg Lukács, Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto, from which critical counterpoints to the assumptions are presented. determinists of what is pointed out by that report as the new economic/social process. In the final considerations, the repercussions for the school system are discussed: the universalization of paid productive employment and the universalization of schooled education in a general agenda of transformations in labor relations accentuated by the current health crisis.

**Keywords:** Work and Education; Human formation; *The Economist*; Helth crisis

---

### Resumen

Este artículo, a modo de ensayo, tiene como objetivo analizar las razones expuestas en las proyecciones del informe "El mundo en 2021", publicado por la revista inglesa *The Economist*, en el que sus analistas señalan perspectivas para el futuro próximo, buscando desvelar sus conflictos que no fueron expresados por la visión hegemónica que representa la publicación. A partir de esta fuente documental, el artículo comienza con un breve resumen de la historia, ideología y estructura de la revista. A continuación, se delimitan dos temas, entre los veinte cubiertos en el informe, que son de especial interés para los estudios en el campo del trabajo y la educación: la reducción de la fuerza laboral, el fortalecimiento de la educación híbrida en un contexto pospandémico. Para analizar los temas, el artículo se apoya en un diálogo con autores del campo del materialismo histórico-dialéctico, destacando las formulaciones de Antonio Gramsci, István Mészáros, Georg Lukács, Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto, de las cuales se derivan contrapuntos críticos a los supuestos. deterministas de lo que ese informe señala como el nuevo proceso económico / social. En las consideraciones finales, se discuten las repercusiones para el sistema escolar: la universalización del empleo productivo remunerado y la universalización de la educación escolarizada en una agenda general de transformaciones en las relaciones laborales acentuada por la actual crisis de salud.

**Palabras-clave:** Trabajo y Educación; Formación Humana; *The Economist*; Crisi de salud.

---

## Introdução

Recentemente, em novembro de 2020, o relatório “*The Economist – O mundo em 2021*”, da revista inglesa *The Economist*, apresentou projeções sobre um futuro imediato<sup>1</sup>, de 2021 a 2030. A revista, fundada por James Wilson<sup>2</sup>, em 1843, representa e defende o pensamento liberal clássico e econômico e se autodescreveu como produto do liberalismo de Adam Smith e David Hume. É dirigida desde 2018 por Paul Deighton, que passou 27 anos no setor bancário, é ex-CEO do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres e ex-ministro do Tesouro do Reino Unido de 2012-2015. Em 2007 a revista impressa contou com 1,3 milhão de exemplares e 2,6 milhões de visitas ao Economist.com. Nesse ano, metade dos exemplares impressos circulou nos Estados Unidos, o que demonstra a influência nos centros de decisão capitalista. Os 20 aspectos abordados pelo relatório de 2020 são visitados por diversas instituições, analistas políticos, economistas e acadêmicos, desdobrando o alcance das análises da revista para além de seu público habitual. Também, dessa forma, a visão lastreada em concepções liberais sobre o presente vai deixando de ser previsão e se constituindo como caminho material do futuro, o que justifica e naturaliza políticas e ações.

Em meio à abordagem de temas, tais como locais e formas de socialização, turismo, comércio, organização espacial de escritórios, atendimento on-line em diversas atividades etc., o relatório aponta dois itens substanciais: a situação da força de trabalho e as formas da educação.

Importante analisar as “projeções” para o trabalho e a educação no momento da reforma em curso do ensino médio brasileiro, cujo enunciado tem como fundamento a adaptação da educação para o cumprimento dos novos requisitos para a jovem força de trabalho. (KUENZER, 2017). Um desafio mundial que se torna agudo e urgente para um país que não cumpriu a meta de universalização do ensino médio prevista no Plano Nacional de Educação para 2016 e chega a 2019 com 23,66% dos jovens que se encontram, ao mesmo tempo, fora do mercado de trabalho e de instituições educacionais. Este índice atinge 29,33% no segundo trimestre do primeiro ano da pandemia, depois retornando à taxa “normal” de 25,52% no restante do ano de 2020 (NERI, 2021). Esse número alarmante soma-se ao de jovens que, embora incluídos no sistema educacional, não conseguem concluir a escola básica. A taxa de

---

<sup>1</sup> Em 1987 lançam uma série (World in...) que faz previsões para o ano que se segue, escrita por jornalistas economistas e figuras proeminentes. Disponível em: <[https://www.economistgroup.com/what\\_we\\_do/our\\_history.html](https://www.economistgroup.com/what_we_do/our_history.html)>. Acesso em: 05 de julho de 2021.

<sup>2</sup> James Wilson foi empresário, economista e político liberal escocês que, além de fundar o *The Economist*, também fundou o Chartered Bank India, Austrália e China.

evasão escolar dos jovens entre 15 e 29 anos apresenta índices alarmantes e, segundo Neri (2021), em 2019 era de 62,9%.

O exercício que se pretende neste ensaio é analisar as razões expostas nas projeções do relatório, seus conflitos, assim como as possibilidades que não foram expressas pela visão hegemônica, estabelecendo pontes no campo de estudos da relação trabalho-educação.

### **O novo e o velho em uma temporada global**

“O mundo está vendo este ano como um novo começo. Um renascimento”<sup>3</sup>. Tal afirmação inicia a vigésima e última previsão, apontando uma ruptura com o mundo passado. O Renascimento da humanidade enterraria velhos hábitos, velhas formas de organização da humanidade. O novo acaba por sintetizar a qualidade do mais justo, do mais humano e opõe-se ao velho, que carrega em si todas as mazelas da humanidade. Não há dúvidas quanto a mudanças e novidades que os tempos de pandemia trazem. Mas há dúvidas quanto a essas novidades corresponderem a rupturas com o “velho” e trazerem, só por serem novidade, a mudança de rumos para a humanidade. O novo vendido como qualidade do mais humano, do mais justo e do mais progressivo talvez esconda suas raízes, de forma pedagógica, na dinâmica de manutenção de antigas e desumanas relações.

Os fenômenos do “novo mundo” apresentam-se com uma aparência de concretude, mas o mundo real “(...) é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como *produtos* do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social.” (KOSIK, 1976, p. 23). Então, um mergulho para buscar as raízes dessas novidades é o exercício de, a partir da aparência, buscar a essência dos fenômenos em curso no mundo real, no concreto, ou seja, nas relações sociais em seu tempo histórico.

O décimo ponto da síntese, amplamente divulgada, das previsões da revista trata das inovações tecnológicas e seus impactos no mundo do trabalho, apresentando uma realidade em curso, uma perspectiva e uma difusão de causas, conforme defende o jornal.

A força de trabalho será drasticamente reduzida e muitas operações simples serão fornecidas por IA. Em 2024, a IA já lidará com operações complicadas em milhões de locais. Uma grande temporada global de demissões está

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://diariodoturismo.com.br/o-que-esta-por-vir-no-futuro-em-20-pontos-da-revista-the-economist>>. Acesso em: 05 de julho de 2021.

O mundo está vendo este ano como um novo começo. Um renascimento. As pessoas vão repensar seus objetivos pessoais, de trabalho, saúde, dinheiro e espirituais. Grandes oportunidades estão surgindo para satisfazer todos esses requisitos e mudanças de pensamento. Acumular, consumir e viver pelo material vai para o lado negativo. A inovação, a tecnologia, o pensamento natural e lateral são a base da nova realidade. Todos estão a tempo de encontrar novos caminhos. Você apenas tem que encontrar as novas rotas pessoais ou comerciais.

chegando. O desemprego ocorre por motivos multifatoriais e não apenas por causa da crise econômica.

A afirmação de uma temporada global de demissões reconhece os impactos de uma crise que se tornou mundial, portanto sistêmica. A complexidade, velocidade e força dos fenômenos sociais, acelerados e agudizados pela pandemia, aprofundam as contradições resultantes do modo de produção capitalista também de forma global, e, com isso, apresentam-se com novas aparências, que têm sua materialidade nos processos históricos de cada sociedade. As relações trabalhistas, com diminuição de direitos e relações flexibilizadas de empregados com empregadores, as plataformas digitais de trabalho como grandes fornecedoras de ocupações remuneradas, a apropriação do tempo pelo trabalho on-line, a desconstrução dos centros comerciais e de serviços, a flexibilização da formação escolarizada são alguns dos acontecimentos em curso. Tais fenômenos, mostrados de forma multifacetada pela visão de mundo liberal, não propiciam uma visão do todo social, das relações que as fundamentam, das contradições fundantes da crise. Parte-se do princípio de que a naturalidade do uso de tecnologias no processo produtivo resultará, também, naturalmente, na dispensa dos trabalhadores com conseqüente desemprego em massa. Mas, nenhum processo é natural ou acontecido sem precedentes e relações que o constituam. Então, faz-se necessário perguntar: Por que a constante utilização de tecnologia no processo de trabalho? Por que o uso da tecnologia causa desemprego?

A utilização de ferramentas mediadoras entre homens e o processo de modificação da natureza para seu sustento e reprodução é elemento ontológico, constituindo-se como parte do processo de trabalho e reprodução social. A ciência, como processo de apropriação das dinâmicas dos fenômenos da natureza e das relações sociais, é parte da racionalização e do desenvolvimento da produtividade e socialização do trabalho humano. É uma ferramenta de mediação entre homem e natureza e desenvolveu-se ao longo da história como parte da dinâmica de reprodução da sociedade humana. A incorporação da ciência e tecnologia ao processo de trabalho, de forma cada vez mais ampla, é parte constituinte do próprio processo de desenvolvimento do capital na busca de acumulação pelo aumento de produtividade através da racionalização do processo de trabalho. Ela se constitui num desafio econômico-político-cultural para as forças que reagem às suas contradições e disputam os rumos civilizatórios da sociedade urbano-industrial.

Considerando o modo de produção baseado no industrialismo como um momento histórico de maior desenvolvimento das forças produtivas pela racionalização do trabalho, a

afirmação de Lukács (1978, p. 11) de que, “nos conflitos suscitados pelas contradições das modalidades de produção mais desenvolvidas, a ideologia produz as formas através das quais os homens tornam-se conscientes desses conflitos e neles se inserem mediante a luta”, então, a ação de coletivos humanos é parte constitutiva dessa dinâmica. As possibilidades de construção de realidades sociais através do desenvolvimento da ciência e sua aplicação podem estar no centro da disputa entre as forças forjadas no processo de reprodução social: capital e trabalho. Expor uma parte do debate de ideias sobre os desafios políticos, econômicos e sociais para o século XXI faz parte de um exercício necessário para a compreensão da natureza dessa disputa.

As diversas e conflitantes leituras sobre as mudanças vertiginosas pelas quais passa o mundo nesse período de final do século XX e início do século XXI, marcado pela profunda crise do modelo econômico e social dominante e pela reorganização tecnológica do mundo do trabalho, evidenciam o debate sobre a necessidade de transformações estruturais ou de modificações pontuais e regulatórias do sistema. Para Frigotto (2016, p. 51),

O que nos parece intrigante e paradoxal é que chegamos ao final do século – cujo balanço nos traz as mais candentes e brutais contradições e violências do capital em escala global [...] mostrando que as análises de Marx e Engels sobre a natureza violenta e excludente do capital não tiveram evidências tão candentes como no final do século XX, e o que sobressai é um domínio quase absoluto do pensamento e teorias conservadoras que tentam nos convencer de que o capitalismo é eterno.

A disputa entre as diversas correntes de pensamento sobre as alternativas de construção social se atualiza com releituras dos clássicos nos dois campos opostos. Os setores conservadores da ordem capitalista avançam na conquista da hegemonia do pensamento construído pelas adesões políticas institucionais aos princípios ditados pela “franco-maçonaria neoliberal”. Esse termo, cunhado por Perry Anderson em seu balanço do neoliberalismo, define o encontro em *Mont-Pèlerin*, na Suíça, no final dos anos 1940, onde opositores do Estado de bem-estar europeu pós-guerra e também os opositores do *New Deal* norte-americano traçaram as bases de outro projeto de capitalismo, “duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p. 9). O projeto neoliberal então se apresenta como uma desconstrução do estado de bem-estar social, agora denominado estado mínimo, com retirada de direitos, aumento da acumulação de capital, através do aumento da produtividade pela substituição do trabalho humano por tecnologia, acirramento do ataque às organizações de trabalhadores e uma pedagogia de assimilação e redução de conflitos, entre outros aspectos.

O domínio quase absoluto do pensamento conservador e neoliberal não deixa impune as correntes de pensamento do campo contrário. Segundo Anderson (1995, p. 16), a hegemonia neoliberal se expressa igualmente no comportamento de partidos e governos que formalmente se definem como seus opositores. Como uma onda, governos no mundo inteiro, inclusive do campo da esquerda, abraçaram políticas públicas neoliberais ditadas pelos laboratórios dos organismos internacionais. A hegemonia foi construída internacionalmente de forma pedagógica no ritmo ditado pelas diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais de cada nação.

Nesse confronto de ideias e concepções de mundo, a desqualificação do materialismo histórico como ferramenta de análise teórica e a consequente construção de proposições políticas opositoras crescem na mesma proporção da hegemonia neoliberal. A negação dos conceitos e referenciais marxistas se faz sob a ótica do pensamento único no qual só é possível a análise pulverizada e segmentada dos fenômenos sociais. As resoluções dos problemas como o desemprego estrutural com políticas assistencialistas e compensatórias, mas não à custa da diminuição da taxa de lucro e extração de mais-valia, ou da propriedade privada, são características dessa negação.

Desse modo, há uma tentativa, até agora bem-sucedida, de convencimento da sociedade de que não há outra saída que não nos marcos do capitalismo. Ações e orientações para diminuição da desigualdade social e controle de conflitos são elaboradas e difundidas pelos organismos internacionais e executadas por governos e entidades da sociedade civil, obedecendo às dinâmicas políticas dos países. Assim, demandas não só de direitos, entre eles educação, mas também demandas identitárias são assimiladas pelas políticas hegemônicas que as capturam na lógica de diminuição das desigualdades e no controle das explosões sociais.

No campo teórico da manutenção da ordem, os valores éticos e políticos aprofundam-se nas determinações mercadológicas e disseminam-se, atualizando o senso comum. Meritocracia, competitividade, empreendedorismo, individualismo, funcionalidade e utilitarismo, todos imbuídos do espírito de manutenção da ordem capitalista, dão substância a relações sociais no âmbito da vida cotidiana, no campo tanto das relações privadas como das relações coletivas.

As contradições e os conflitos, então, tratados fora da materialidade que as constituiu, assumem a aparência etérea, abstrata, abrindo amplo espaço para o desenvolvimento de visões religiosas e míticas, nas quais o ser humano sairia de seu drama pessoal através da autoajuda e/ou esforço individual, e também na resolução aparente de questões de grupos específicos. É

dessa forma que o espírito empreendedorista tem sido tratado como redentor e tábua de salvação, principalmente para os que estão à margem do sistema, excluídos estruturais, que, em sua maioria, são jovens. As propagandas nas mídias têm exaltado sistematicamente o espírito empreendedor, construindo de modo subliminar a culpabilização e responsabilização dos excluídos pela sua inaptidão de empreender, de inovar, de subsistir.

A crise econômica atual, cenário no qual se desenrola a materialidade dos conflitos sociais, para Mészáros (2012), tem caráter estrutural e começou com acontecimentos há 40 anos. Pela diferença de sua natureza, não pode ser tratada ou analisada com as categorias das crises conjunturais. Mészáros utiliza como critério para a diferenciação da atual crise das crises anteriores o de afetar a totalidade do complexo social, tendo o caráter universal, envolvendo todos os setores, todo o globo, num tempo extenso e contínuo com desdobramentos graduais. Esses desdobramentos foram acelerados pela pandemia e não criados por ela. A novidade, então, não são os rumos ou a natureza das transformações, mas sua velocidade e amplitude.

As explicações da crise econômica, do desemprego, do aumento da pobreza e do descontrole das forças da natureza, por parte da classe cuja visão de mundo é hegemônica, se redimem de apontar as contradições do sistema como suas causas. As transformações pelas quais passamos situam-se nos marcos da superexploração do trabalho e na intensificação da acumulação de riquezas por parte da classe hegemônica em sua nova fase – baseada na tecnologia digital como motor das inovações que avançam na substituição do trabalho simples, da transnacionalidade das plantas de produção, desorganizando o movimento de trabalhadores fabris, do deslocamento dos centros e do reino comunicativo midiático. O modo de produção social capitalista aprofunda, diversifica, amplia e enriquece suas formas de exploração do trabalho humano e da natureza, ao mesmo tempo em que modifica as relações culturais e a sociabilidade humana em todo o planeta.

Sobre o momento de profundas inovações do sistema capitalista, tanto no processo produtivo em si quanto na produção de sociabilidades, podemos fazer um paralelo com a leitura de Gramsci que, ao analisar a revolução na planta da fábrica do Taylorismo/Fordismo e as ações para a criação de uma nova sociabilidade funcional aos novos métodos de trabalho, afirmou que:

[...] não se trata de novidades originais, trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que apenas é mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada com a

criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos precedentes e, indubitavelmente, superior. (GRAMSCI, 1989, p. 397).

Diante das consequências sociais das mudanças no mundo da produção hoje, onde postos de trabalho e profissões são eliminados ao mesmo tempo em que novas habilidades e ocupações aparecem no cenário, podemos refletir sobre a afirmação de que “(...) verificar-se-á, inevitavelmente, uma seleção forçada, uma parte da velha classe trabalhadora será impietosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court* (...)” (GRAMSCI, 1989, p. 397).

O que se convencionou chamar de crise é o efeito social da dinâmica do capital, e para Harvey (2016) é essencial para a reprodução do capitalismo, sendo, em seu desenrolar, que as instabilidades são confrontadas, remodeladas e reformuladas para criar uma nova versão daquilo em que consiste o capitalismo. Pode-se dizer que a crise é parte constituinte do processo de acumulação do capital, que, para se realizar, precisa explorar a força de trabalho de forma cada vez mais intensa. A produção de contradições sociais, oriundas dessa exploração, é a medida da dinâmica das crises. Uma classe trabalhadora cada vez mais empobrecida, um aumento da massa humana excluída pelo desemprego resultante da incorporação de tecnologias que substituem o trabalho humano, marcadamente o trabalho simples, a exploração predatória das riquezas naturais, entre outros, são aspectos que resultam do processo político-econômico e social objetivados pela acumulação capitalista. O acerto de rumo é uma parte constituinte desse processo, pois é através do confronto entre os resultados de suas contradições que surgem novas possibilidades. A necessidade de superar os conflitos com a organização dos trabalhadores e também com movimentos sociais, exigindo inclusão em direitos, possibilitou a reorganização geográfica da produção de políticas públicas de inclusão de forma subjugada à ordem capitalista.

As mudanças resultantes da crise acontecem em todos os momentos da vida, nas relações materiais e sociais. Mas a destruição de espaços físicos de convivência e de produção, de forma de circulação de mercadorias, de relações, hábitos e pensamentos humanos é um movimento ao mesmo tempo de reconstrução desses espaços e dessas relações. Nesse sentido, sendo a crise um movimento causado pelas contradições que tem como dinâmica a destruição/reconstrução em novos patamares, ela é também, e sobretudo, momento fecundo de possibilidades e de construção de alternativas tanto no campo da manutenção da ordem, como no campo de sua superação. É, de forma aguda, um momento de disputa de projetos e de visões de mundo.

Os diversos interesses das massas humanas, agrupadas pelo modo de reprodução da vida, colocam-se à frente dessas disputas. E muitas vezes de forma contraditória. Durante a pandemia tais interesses evidenciaram-se. O interesse imediato do grande industrial é de que a produção e as vendas não parem e que o trabalho não seja interrompido. O interesse imediato do pequeno comerciante é de que sua loja reabra o mais rápido possível para que não decreta falência. O interesse imediato do trabalhador é manter sua fonte de sustento, seja ela através de um emprego formal, seja de atividade na economia informal. No entanto, seu emprego ou atividade econômica depende da viabilidade do comércio, dos serviços e da indústria. Se não há política pública que viabilize a economia e os empregos em tempos de distanciamento social, todos se somam à pressão pela reabertura mesmo sem segurança sanitária, ao custo das vidas, em sua maioria, de trabalhadores formais e informais.

As próprias leituras sobre o momento vivido têm como lastro o posicionamento dos sujeitos e as perspectivas apontadas por eles, assim como a marca de sua inserção econômica e social. Essas contradições entre os interesses de cada grupo e dentro de um mesmo grupo estão postas na roda do sistema, no qual a visão que se apresenta é a da perspectiva da manutenção da ordem e de que não há, fora do atual modo de produção da vida, outra alternativa possível. As vontades são também construídas. E as alternativas irrealizáveis vendidas a preço barato.

Contudo, a afirmação de que o desemprego ocorre por motivos multifatoriais não é de todo falsa. Existem razões multifatoriais, porém, o que a afirmação esconde é que essas razões são relacionadas entre si. Como expõe Mézáros (op. cit.), a crise tem caráter universal, em todos os setores, e global; portanto, nenhum fator da crise se encontra fora da relação com a natureza do próprio sistema. A onda global de demissões apontada nas previsões se apresenta como uma eliminação de parte da classe do mundo do trabalho. A espiral tecnológica elimina postos de trabalho, enquanto a ocupação remunerada na área de serviços tem sido desaguadouro para projetos de “empreendedorismo” e para relações trabalhistas precarizadas, chamado de processo de “uberização”. Também volátil, no entanto, o setor está inserido no processo de substituição tecnológica.

Assim, os *ubers* podem ser substituídos pelos carros autônomos, e os *motoboys* e *bikeboys*, por serviços de entrega através de drones. Essa eliminação de parcela da classe trabalhadora do mundo do trabalho já é uma realidade em curso e prevista pela natureza do projeto neoliberal, assim como a perspectiva da eliminação da vida de parcela da população, como estamos vendo através das políticas de enfrentamento à pandemia em países periféricos e dependentes, principalmente no Brasil.

No entanto, ao apontar a crise como estrutural, Mészáros acaba por colocar a impossibilidade de as políticas tradicionais para diminuição das desigualdades e de gerenciamento de conflitos surtirem algum efeito. O controle de explosões e a assimilação de demandas não contraditórias com a acumulação de capital devem ser repensadas e reestruturadas também pelo setor social hegemônico para a manutenção da ordem. Assimilação de novas demandas comportamentais ou identitárias, aprofundamento e expansão midiática de conceitos e costumes, novos campos de atividades comerciais e financeiras, novas formas de controle territorial do espaço urbano e rural etc. fazem parte desse exercício de repensar o futuro nos limites já estabelecidos.

A resposta propagandeada à questão do aumento do desemprego em razão do uso da tecnologia deveria ser porque o lucro precisa se realizar. Esse tem sido o processo histórico de desenvolvimento da ciência e da tecnologia, subjugada ao lucro. Essa é a concretude da questão. Mas a pergunta sobre por que usar tecnologia no processo produtivo apresenta duas naturezas de resposta, sendo não só na continuidade da realização da acumulação do capital através do lucro, mas ainda no aumento da racionalidade do processo de produção, liberando o homem do trabalho alienado. A racionalização do processo de trabalho sob direção do capital elimina postos de trabalho e causa desemprego.

As contradições da atual crise de contorno mundial, agudizadas pelo momento de pandemia, têm evidenciado também as contradições das práxis sociais. E se, “de um lado, a práxis é uma decisão entre alternativas, já que todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não”, então, de outro lado, “todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras” (Lukács, 1978, p. 7). A racionalidade do processo de trabalho guarda em si outra alternativa e pode ter nova direção. A diminuição da carga horária da jornada laboral abre novos postos de emprego ao mesmo tempo em que libera os homens para outras atividades produtivas de desenvolvimento de sua relação com a natureza e com outros homens, na constituição de valores sociais e culturais. A escola então, como espaço de construção de sociabilidades e conhecimentos, também precisa ser repensada sob outra ótica.

### **A educação nunca mais será igual?**

As transformações no comércio, na organização espacial das cidades, no atendimento à saúde e educação, transportes etc. já estavam em curso antes da pandemia. Mas foi no decorrer do isolamento social imposto pelas medidas sanitárias que se evidenciaram para o grande

público. As previsões da revista parecem apresentar esse momento como um marco temporal dessas transformações na educação.

A educação nunca mais será igual. Cada um pode estudar o que precisar. Estudar offline e on-line será normal. Escolas e universidades são transformadas em um esquema híbrido para sempre. Serão aceitos candidatos sem formação universitária para cargos de menor importância, que tenham a experiência necessária.<sup>4</sup>

O ensino intermediado pela internet, uma das transformações mais alardeadas, incorpora ao processo educativo, de forma mais acelerada na pandemia, uma tecnologia que interage encurtando espaço e tempo. Tal modalidade permite a estudantes e professores o rompimento de barreiras geográficas e temporais, possibilitando, também, o aprofundamento e a aceleração de pesquisas pela facilidade de acesso a bancos de dados e trabalhos sobre todos os temas e disciplinas escolares ou acadêmicas. Mas, e ainda, permite a substancial e brutal exploração do trabalho docente, com a possibilidade de aulas com números ilimitados de alunos nas turmas e que ficam à disposição por tempo também ilimitado, sem controle dos docentes, nas plataformas e nos sites de entidades educacionais privadas, além de dificultar a aferição do real processo de assimilação e produção dos conhecimentos. Modifica o relacionamento entre estudantes e docentes, reduzindo ou suprimindo trocas e interações presenciais, assim como diminui a identidade de turmas, o que contribui para a impessoalização do processo educacional, e individualiza, na aparência, suas contradições. Além disso, e, sobretudo, ainda seleciona, antes, durante e depois, os que têm melhor acesso a pacote de dados e aparelhos tecnológicos.

O processo da incorporação das novas tecnologias à educação escolarizada é contraditório, bem como o é a incorporação das tecnologias ao processo de trabalho. No entanto, a forma do fenômeno apontada pelo relatório da revista, que constata a presença da tecnologia e a possibilidade de escolha do que, como e quando estudar, parece induzir à leitura de ser a tecnologia em si que redesenha o sistema educacional.

No Brasil, as reformas curriculares, como a atual reforma do ensino médio, a massificação das certificações como modo de acelerar a terminalidade da escola básica, a ampliação do ensino não presencial como forma de diminuição de custos, já estavam em curso e acompanham as mudanças não só nas relações do trabalho, mas também na necessidade de

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/o-que-esta-por-vir-em-2021-em-20-pontos-da-revista-the-economist-320986/>>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

acumulação por parte do empresariado que atua no campo educacional. Em 2019, o ministro da Educação Abaham Weintraub publicou em 11 de dezembro portaria<sup>5</sup> permitindo que universidades federais e particulares oferecessem cursos de graduação presencial com até 40% da carga horária na modalidade a distância, à exceção do curso de Medicina. Dessa forma, a demanda do setor privado que domina o ensino superior com mais de 70% das matrículas foi atendida.

O interesse do setor privado em baratear o ensino empregando menos professores, pagando menores salários e aumentando a oferta de matrículas, o que aumenta o lucro, soma-se ao interesse dos gestores neoliberais do estado brasileiro em baratear os custos das universidades públicas. Então, o ensino não presencial, que já era realidade em curso no ensino superior, expande-se, somando à modalidade remota, e assume caráter experimental nas redes públicas da educação básica durante a pandemia, com a utilização, por governos estaduais, de gigantes do setor, como o *google classroom*.

Mas essas transformações são a ponta do *iceberg*, e este tem bases profundas sobre as quais se assentam os rumos atuais da educação escolarizada. E é na natureza da escola urbano-industrial que encontraremos os rumos alternativos possíveis da formação humana a partir do que a sociedade em seu desenvolvimento histórico já construiu.

A escola na sociedade urbano-industrial, que generalizou códigos científicos das ciências exatas nas relações cotidianas e de códigos de conduta e coexistência, é a instituição que massifica de forma organizada esses conhecimentos e comportamentos. Saviani a define como constituída pelo princípio do trabalho e

[...] não necessita estar fazendo referência direta ao processo de trabalho, porque ela se constitui basicamente como um mecanismo, um instrumento, através do qual os membros de uma sociedade se apropriam daqueles elementos que são também instrumental para sua inserção efetiva na própria sociedade. Ou seja, aprender a ler, escrever e contar, além dos rudimentos das Ciências Naturais e das Ciências Sociais, constituem pré-requisitos para compreender o mundo em que se vive, inclusive para entender a própria incorporação pelo trabalho dos conhecimentos científicos no âmbito da vida e da sociedade. (SAVIANI, 1987, p. 12).

À escola básica cabe a assimilação de atitudes de convívio social, hábitos disciplinares e códigos para o trabalho simples, enquanto os graus ascendentes, pelo grau de aprofundamento do conhecimento, preparam para trabalhos complexos nos ramos de adaptação de tecnologias

---

<sup>5</sup> Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.

e produção científica. Na direção dada pela lógica da acumulação de capital, que constitui polos opostos de interesse em torno dos quais se organizam os grupamentos humanos, o processo de escolaridade responde ao processo de divisão classista do trabalho. Os mais altos graus de escolarização são destinados à formação para os trabalhos mais complexos e produção de ciência em empregos com maior remuneração e ocupados, em sua esmagadora maioria, por membros das frações da classe dominante ou subordinados a ela.

A terminalidade de estudo na escola básica se destina à grande maioria da população oriunda das frações da classe trabalhadora. Cada sociedade concreta desenha seu sistema educacional de acordo com suas tarefas na divisão internacional do trabalho. Um país produtor de ciência e tecnologia aplicáveis ao processo de produção demanda o desenvolvimento e maior grau de abertura e acesso aos graus mais elevados de escolaridade. Se subordinado na ordem mundial, sendo importador de ciência e tecnologias, menor a demanda de seu parque produtivo por formação de alto grau. Essa é a natureza das políticas de limitações de acesso e permanência da maioria da população aos graus mais altos de escolaridade.

A educação, como processo de conformação do homem ao seu tempo, e a escolaridade como processo de generalização de códigos, condutas e pensamento científico se inserem no todo das relações sociais, nas contradições do sistema, nos movimentos e nas sínteses resultantes. A totalidade, então, é o conceito a ser visitado para a percepção do desenvolvimento da escolarização na sociedade urbano-industrial, sob a direção do modo social de produção capitalista. Constitui-se como preâmbulo para o entendimento do conceito de homem e formação humana, assim como a relação trabalho/ciência/educação na sociedade urbano-industrial.

A relação do homem com a natureza e com os outros homens, mediada pelo processo do trabalho, é a dinâmica de reprodução da vida, podendo ser conceituada como a totalidade. O processo histórico de desenvolvimento da humanidade sintetizou diferentes momentos nas relações de produção da vida, cada um com suas formas econômicas, políticas e sociais, as quais Gramsci conceituou como Bloco Histórico. Esse conceito gramsciano aproxima-nos do conceito de totalidade, considerando de forma una a estrutura e a superestrutura social, ou seja, a forma como reproduz materialmente a vida e as formas sociais de consciência – pensamentos, costumes, ideologia – em um movimento constante alimentado pela contradição inerente ao modo de produção.

Para Gramsci (1991, p. 52), “(...) a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é o

reflexo do conjunto das relações sociais de produção”. O bloco histórico da sociedade urbano-industrial sob direção do capital, que constitui a separação entre os que detêm os meios de produção e acumulam o lucro e aqueles que vendem sua força de trabalho, produz, no curso dos conflitos inerentes às suas contradições, modos de pensar ou visões de mundo que determinam as ações de sujeitos coletivos. As classes sociais oriundas de sua posição no modo de produção constituem, em sua vida material e social, modos diferenciados de pensar e vivenciar a vida, e a sintetizam como uma ideologia, uma concepção de mundo “que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1995, p. 16). Nesse processo, a ideologia, como aponta Gramsci, não é um falseamento da realidade ou simples reflexo da estrutura. Ela é uma argamassa que consolida a ação humana e

[...] Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são “arbitrárias”, elas não criam senão “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como erro que se contrapõe à verdade e a afirma). (GRAMSCI, 1995, p. 62,63)

As dominações dos donos dos meios de produção sobre os que necessitam da venda da força de trabalho para viver e a resistência e o combate destes às consequências dessa exploração expressam-se sob a forma de ideologias e práticas sociais. A dominação e imposição do modo de vida de uma classe social sobre outra, mantendo seus privilégios e posição de domínio, em variados tempos históricos dá-se através da coerção e do consenso, sendo balanceados de acordo com o grau de conflito a ser apaziguado para a manutenção da ordem.

Então, discutir educação e processos de formação humana na sociedade, cujo modo de produção social da vida se dá pelo processo urbano-industrial dirigido pela ordem capitalista, requer o exercício de apreensão da maneira de pensar e do conceito de homem e formação humana nos quais a classe hegemônica constitui suas políticas no sentido da acumulação do capital, bem como se constitui no polo opositor, através da ótica da libertação do trabalho. O desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista, resultante de sua expansão no tempo histórico, diferencia os processos nas formações sociais concretas, apresentando diversidades de contradições que, no entanto, seguem no fluxo da contradição principal entre capital e trabalho.

Para o pensamento liberal, ideologia que organiza a classe hegemônica em suas ações de domínio, o homem é diferenciado por natureza, não o concebendo como produto das relações sociais históricas. Todo o processo social acaba sendo um processo de movimentação pela ordem das conquistas individuais e através das capacidades natas. Justifica-se, assim, a propriedade privada e a diferenciação de classes, e o limite das críticas é o de manutenção do sistema. Mesmo pensadores críticos dos males que a relação capitalista traz aos trabalhadores não ultrapassam os marcos da manutenção da ordem. Mészáros (2008), ao analisar a incorrigível lógica do capital e seu impacto sobre a educação, aponta os limites das críticas ao sistema quando o ponto de partida dessas críticas é o compromisso com a manutenção da ordem liberal. Um exemplo exposto por Mészáros é o de Adam Smith, representante da burguesia iluminista e apontado como o mais importante teórico do liberalismo econômico.

Smith condenou de forma clara os impactos do sistema capitalista sobre a classe trabalhadora, apontando que a causa do problema seria o “espírito comercial”, que limitaria as visões de homem. No entanto, segundo Mészáros, Smith, ao desenvolver sua crítica aos hábitos degradantes dos jovens em seu horário de lazer e apontá-los como fruto da ignorância, “não encontra outra solução a não ser uma denúncia moralizadora dos *efeitos* degradantes das forças ocultas, culpando os próprios trabalhadores, em vez do sistema que lhes impõe essa situação infeliz.” (MÉSZÁROS, 2008, p.29).

Por outro lado, a concepção de homem, do ponto de vista do trabalho, cuja posição de submissão à ordem no sistema capitalista constitui a necessidade da superação do sistema para libertação de sua exploração e para a viabilidade de sua existência, é a de um ser histórico, construído pela história e construtor da história. As relações sociais do bloco histórico e as contradições que carregam, constituem o homem de seu tempo e suas ideologias como forma de conceber o mundo e de agir sobre ele. E, desse modo, os homens se formam como sujeitos políticos (pensamento e prática) que, agrupados por interesses imediatos e históricos, se organizam em coletivos. A exploração e a precariedade em que vivem resultam de um processo histórico das relações sociais, e não como fruto de diferenças de habilidades ou méritos pessoais.

A reprodução de sua vida, que se dá pela relação com a natureza e com outros homens, mediada pelo processo do trabalho, se vê alienada pela usurpação da finalidade de seu trabalho, que deixa de ser a de mediação de sua relação com outros homens e com a natureza para ser a de produção de mais-valia para o processo de reprodução do capital. As contradições oriundas dessa alienação e a necessidade de sua superação para a reprodução da sua vida o constituem

como homem histórico e, pela natureza coletiva dessa alienação imposta, como pertencente a uma classe social.

Abordar a questão da escolaridade no Brasil implica, sobretudo, abordar visões de homem e formação humana contidas tanto no projeto hegemônico em curso no país, quanto no seu polo opositor, apresentando as contradições e os embates ocorridos no tempo histórico de desenvolvimento da formação econômica e social brasileira. O estudo de aspectos do processo de educação formal pela escolarização implica, também, a análise de sua inserção na ordem internacional capitalista (NEVES, 2005).

A Constituição de 1988 foi um marco político social na história recente de um país cujo nascimento resultou de um processo de brutal colonização. A dinâmica do poder das classes dominantes brasileiras, extremamente violentas e predatórias, com capítulos de dizimação sangrenta de forças populares em seus levantes contra a ordem, mas também regente de processos de modernização conservadora do desenvolvimento capitalista, naturalizou a subordinação do país ao processo político-econômico internacional. As requintadas adaptações econômicas, políticas e sociais, em arroubos de pactos e massacres, garantiram a manutenção de uma classe dominante e suas frações, que terminaram por consolidar uma das maiores e mais desiguais democracias do Ocidente.

O processo de ditaduras militares orquestrado pelos Estados Unidos, como forma de conter o avanço do bloco socialista na América Latina durante a guerra fria, chegava ao final com movimentos de redemocratização na Bolívia (1982), Argentina (1983), Uruguai (1984), Brasil (1985) e Chile (1988). A crise do modelo econômico gerenciado pela coalisão civil-militar após mais de duas décadas da ditadura iniciada pelo golpe de 1964 no Brasil tem como desfecho a confecção da nova Carta Magna, resultante de mobilizações populares em torno da reabertura política e ampliação dos direitos civis. (FERNANDES, 2020).

Um dos fundamentos dessa Constituição, que ficou conhecida como Constituição Cidadã, é a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III). O conceito de ser humano que se estabeleceu na Constituição, no entanto, não tem o mesmo fundamento para todos os setores sociais que estiveram em conflito na construção do texto. Ao estabelecer que entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil está a erradicação da pobreza, a marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, o texto admite que a república trabalhará para amenizar a desigualdade, não para suprimi-la, mantendo diferenciação entre os seres humanos em um grau palatável.

Mesmo que seja resultado de uma síntese de correlação de forças no Brasil no período, considerada uma constituição que ampliou direitos, o texto não foi consenso, tendo o Partido dos Trabalhadores (PT), com 16 deputados constituintes, votado contra o texto e se negado a participar de sua homologação, com o argumento de que havia sido feita pela direita, pelo “Centrão”<sup>6</sup>.

Em 22 de setembro de 1988, 20 anos atrás, a Assembleia Nacional Constituinte aprovava a redação final do texto da atual Constituição, que ficou popularmente conhecida como a Constituição Cidadã. Pouco antes, em discurso no Plenário, o então deputado constituinte Luiz Inácio Lula da Silva avisava que o Partido dos Trabalhadores (PT) iria votar contra a redação final, pois o novo texto constitucional mantinha as estruturas de poder brasileiras intactas, o que poderia manter inalteradas as desigualdades social e econômica no país.<sup>7</sup>

O discurso de Luiz Inácio, líder da histórica greve dos metalúrgicos e fundador do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), à época, apontava a diferenciação de classe e o projeto de manutenção do poder da classe dominante no Brasil:

– Sei que a Constituição não vai resolver o problema de mais de 50 milhões de brasileiros que estão fora do mercado de trabalho. Sei que a Constituição não vai resolver o problema da mortalidade infantil, mas imaginava que os Constituintes, na sua grande maioria, tivessem, pelo menos, a sensibilidade de entender que não basta, efetivamente, democratizar um povo nas questões sociais, mas é preciso democratizar nas questões econômicas. Era preciso democratizar na questão do capital. E a questão do capital continua intacta. Patrão, neste país, vai continuar ganhando tanto dinheiro quanto ganhava antes, e vai continuar distribuindo tão pouco quanto distribui hoje – disse o então deputado constituinte.<sup>8</sup>

A construção política de igualdade através da liberdade individual ou das liberdades democráticas abstrai, como apontou Luiz Inácio em seu discurso, a necessidade de igualdade econômica, de condições materiais de vida iguais para todos. A Constituinte marcava um embate entre concepções de mundo diferenciadas, sendo marcadamente as classes opostas oriundas do modo de produção social capitalista no Brasil e suas expressões ideológicas: liberais e socialistas. Embate presente em todo o mundo moderno, que avança e se reformula

---

<sup>6</sup> O termo “Centrão” surgiu no processo da Assembleia Constituinte de 1988 e para designar o bloco de parlamentares de diversos partidos que formavam maioria. Ver, também, em Florestan Fernandes (2020)

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/09/22/ha-20-anos-era-aprovada-a-redacao-final-da-constituicao-de-1988>>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/09/22/ha-20-anos-era-aprovada-a-redacao-final-da-constituicao-de-1988>>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

conforme se expandem os domínios do capital e agudizam-se suas contradições em cada formação social concreta. As políticas hegemônicas são concebidas por seus agentes sociais para a manutenção da propriedade privada, da exploração do trabalho, da acumulação de riquezas.

O assenso neoliberal que se seguiu ao processo da Constituição, a sua pedagogia de assimilação de forças sociais, seja pela aniquilação, com medidas de força jurídicas e policiais, seja pelo consenso, através de concessões dentro dos limites aceitáveis à classe dominante e não perigosos para a manutenção da ordem e também de ações midiáticas e instituições formativas, configurou o desenho da escolaridade brasileira dentro dos moldes necessários ao modelo de desenvolvimento subordinado, imposto pela ordem internacional no período posterior à promulgação da Carta Magna. (FERNANDES, 2020). Assim, a educação escolarizada subordinada à ordem neoliberal desenvolve-se mantendo e atualizando seu caráter dual, lastreada na concepção de homem utilitária ao processo de exploração.

As reformas educacionais nos anos 1990 obedeceram à lógica de uma expansão da escola básica determinada pelas necessidades de formação de mão de obra para uma economia subordinada, sem pleno emprego, sem alta produção de ciência e tecnologia. (NEVES, 2005). Para tanto, concebeu-se um financiamento através de um fundo redistributivo, mantendo o baixo investimento, pela implantação de um currículo baseado em habilidades e controlado pela centralização das avaliações institucionais, uma expansão do ensino privado superior, uma reorganização no setor público com a possibilidade de criação de universidades especializadas por campo de saber, o que modifica a natureza das universidades tradicionais.

Ainda em relação às reformas educacionais, trabalhos de Warde, Haddad e Tomassi (1998), Leher (1998) e Pronko (2014), entre outros, analisaram a influência dos organismos internacionais, em especial, o Banco Mundial na prescrição de ajustes no interior de cada Estado nacional em um cenário de intensas transformações políticas, econômicas e sociais, a passagem do regime fordista para o regime de acumulação flexível desencadeou a reestruturação do capitalismo em escala global. Tais transformações induziram a novas formas e posturas de regulação social e política nas relações de produção e de acumulação.

Os desdobramentos das reformas educacionais perpassavam pelas parcerias público-privadas, atuação das corporações financeiras no campo educacional, as avaliações em larga escala para ressignificar a qualidade da educação com princípios da gestão empresarial e de mercantilização da educação (FREITAS, 2018).

Os anos 2000 seguiram o curso com poucas diferenciações na natureza da constituição da escolarização brasileira. Em que pesem políticas diferenciadas de acesso ao ensino superior e expansão e críticas aos modelos de financiamento adotados (LEHER, VITTORIA, MOTTA, 2017), os problemas continuaram no acesso e na formação, no currículo e na permanência, com altas taxas de evasão, repetência e abandono na escola básica e no ensino superior em que mais de 70% é privada, alta taxa de endividamento de estudantes que aderiram ao FIES<sup>9</sup>. Em 2020, primeiro ano da pandemia, o número de inadimplência aumentou em 82%.<sup>10</sup>

Assim, a dinâmica apontada pela previsão, de que cada um pode estudar o que precisar, na forma híbrida ou on-line, aponta somente a adaptação da educação na sociedade capitalista ao atual momento do desenvolvimento do modo social de produção capitalista. (OLIVEIRA, SILVA, CARVALHO, 2021). Nesse sentido, a flexibilização do trabalho requer uma flexibilização de hábitos, comportamentos e conhecimentos mínimos para a adaptação ao mundo de massificação do desemprego, da alta competitividade por cargos intermediários, da desregulamentação de profissões, demandando alto grau de “inteligência emocional”, capacidade de adaptação e celeridade na conclusão da escolaridade.

Tais adaptações são elaboradas em forma de currículo, sistemas de gerenciamento escolar e aceleração de terminalidades através de certificações. No Brasil, esse processo se dá tendo como base uma escola dual, insuficiente e autoritária. O novo-velho processo brasileiro.

### **Considerações finais**

As reformas educacionais têm sua natureza no ajustamento ao mundo do trabalho, na adequação da forma às tecnologias, aos interesses empresariais de exploração comercial do setor e ao balanceamento do grau da desigualdade social funcional à manutenção da ordem. Nesse sentido, os aspectos apresentados pela revista não se constituem em novidades, como já afirmado anteriormente, mas sim na mais recente aparência do fenômeno real em curso, acelerada pela pandemia.

---

<sup>9</sup> Duas décadas depois da criação do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), o programa bate recorde em dívidas e apresenta déficit de R\$ 13 bilhões. Ao todo 47,7% dos estudantes atualmente matriculados estão inadimplentes. O programa completa 20 anos nesta 3ª-feira (28 de maio de 2019). Foi instituído como Medida Provisória do governo de Fernando Henrique Cardoso em 28 de maio de 1999. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/fies-completa-20-anos-com-47-dos-atuais-estudantes-inadimplentes/>>. Acesso em: 18 de junho de 2021.

<sup>10</sup> Fies: inadimplência cresceu 82% em 2020 - CNN Brasil <https://www.cnnbrasil.com.br> › Nacional. Acesso em : 18 de junho de 2021

As bases morais do sistema capital, justificadas pela concepção de homem da classe dominante, o individualismo, a acumulação e a competição, são argamassas sociais mesmo se sobrepondo às necessidades apontadas pela materialidade histórica de milhões de seres humanos relegados à miséria, fome e exclusão. Essa realidade constitui a necessidade de novas bases sociais que incluam, protejam, cuidem, eduquem, enfim, que constituam novos conceitos sobre os quais se assentem a vida em sociedade, ou seja, o bem coletivo, a distribuição e a colaboração. A novidade seria uma nova essência na relação social que modificasse as bases materiais da vida em sociedade e, dessa forma, modificasse a natureza da educação escolarizada, com outro sentido para a formação humana.

Para Mészáros (2008), a formação humana deve ir além da formação para o trabalho alienado, e deve estar em compasso com a luta pela sua superação. Para tanto, se faz necessária a intervenção consciente no processo histórico, alimentando uma educação socialista, entendida como processo de autoconhecimento e conhecimento coletivo, decifração e modificação da realidade imposta. A negação da escola capitalista tem que estar fundamentada nos horizontes a serem alcançados, exigindo uma antecipação da visão geral do que deveria ser. A pura negação é um primeiro passo, mas não é suficiente para a superação, sendo necessária a afirmação de uma nova ordem. Uma nova escola exige o exercício de projetar e sintetizar nova forma de educação com lastro em sua tarefa em outra sociedade cujas relações no modo de se reproduzir tenham superado as relações de exploração e alienação do modo capitalista.

A relação escola-trabalho no mundo urbano industrial nos impele a repensar as transformações necessárias da escolaridade e também as transformações necessárias do processo de trabalho. Na negação do trabalho capitalista deve existir a semente da afirmação de um novo processo de trabalho e de escolarização. Que o trabalho retome o sentido de atividade humana de relação com a natureza para sua satisfação e de relação com os outros homens. A universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana autorrealizadora são dois conceitos trazidos por Mészáros (op. cit., p. 65) para o primeiro plano. Não há viabilidade para uma das partes desse binômio se realizar sozinha.

Por fim, as duas previsões da revista se somam para ilustrar os desafios apontados para uma construção estratégica: a universalização da ocupação laboral produtiva remunerada e a universalização da educação escolarizada. Desafios então do sistema escolar em uma pauta geral de transformações das relações de trabalho estariam no campo da universalização, abrangendo a educação escolar como momento social de todos, da democratização das relações de trabalho e de gestão da escola, da autonomia dos processos pedagógicos, de construção de

hábitos de gestão e vida coletiva, da difusão e construção da ciência voltada para a satisfação humana, assim como da escola como local privilegiado para a apropriação de códigos científicos e culturais em relação dialética com o espaço social.

### Referências

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019**. Disponível em <<http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/portaria-n-2-117-de-6-de-dezembro-de-2019>>. Acesso em: 30 ago. 2021

BRASIL. **Há 20 anos era aprovada a Redação Final da Constituição de 1988**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/09/22/ha-20-anos-era-aprovada-a-redacao-final-da-constituicao-de-1988>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FIES. **Fies completa 20 anos com 47% dos atuais estudantes inadimplentes**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/fies-completa-20-anos-com-47-dos-atuais-estudantes-inadimplentes/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

FIES. **Fies**: inadimplência cresceu 82% em 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. (Org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo** [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2016.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, A. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177723>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

LEHER, R.; VITTORIA, P.; MOTTA, V. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, abril de 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21792>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

LEHER R. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: o papel do Banco Mundial na Educação. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1998.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. Trad. Carlos Nelson Coutinho. In: **Temas de Ciências Humanas**. n. 4. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1978.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Crise estrutural exige mudança estrutural**. 2012. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2012/04/19/istvan-meszaros-crise-estrutural-exige-mudanca-estrutural/>>. Acesso em: 04 mar. de 2021.

NERI, M. **Juventudes, Educação e Trabalho**: Impactos da Pandemia nos Nem-Nem. Rio de Janeiro: FGV Social, 2021.

NEVES, L. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politécnica**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 1987.

OLIVEIRA, A. M; SILVA, S. CARVALHO, A. M. Reflexões críticas sobre a proposta de ensino híbrido: entre a aparência e a essência. **Revista Cocar**, v.15, n. 33, 2021, p. 1-14. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4533>>. Acesso em: 12 set. de 2022.

PRONKO, M. O Banco Mundial no campo internacional da educação. In. PEREIRA, J. M.; PRONKO, M. (Orgs). **A demolição de direitos**: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1983-2013). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

THE ECONOMIST. **O mundo em 2021**. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/o-que-esta-por-vir-em-2021-em-20-pontos-da-revista-the-economist-320986/>>; <<https://diariodoturismo.com.br/o-que-esta-por-vir-no-futuro-em-20-pontos-da-revista-the-economist>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

TOMMASI, L; WARDE, M. J; HADDAD, S. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo; Cortez Editora, 1998.